

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DE ALUNOS COM BAIXA VISÃO

Lassara Celestino de Sal¹

Edna Misseno Pires²

RESUMO

Esse artigo aborda o processo de ensino-aprendizagem de dois alunos com baixa visão, na perspectiva da Educação Inclusiva. E tem os seguintes objetivos: analisar a funcionalidade da Educação Inclusiva no ensino de alunos com baixa visão; e destacar a importância da inserção dos recursos adaptados no processo de ensino desses alunos. Na primeira parte do artigo, conceituamos os assuntos e definimos sua importância. Na segunda parte, vamos refletir sobre o desenvolvimento e a aprendizagem de dois alunos com baixa visão. Esse estudo foi de grande importância para conhecermos a baixa visão e compreendermos as possíveis dificuldades enfrentadas pelos alunos e profissionais em sala de aula.

Palavras-chave: educação inclusiva; baixa visão; escola; recursos adaptados.

INCLUSIVE EDUCATION AND STUDENTS OF EDUCATIONAL DEVELOPMENT WITH LOW VISION

ABSTRACT

This article discusses the process of teaching and learning of two students with low vision, the perspective of Inclusive Education. And has the following objectives: to analyze the functionality of Inclusive Education in teaching students with low vision; and highlight the importance of integration of resources adapted in the teaching of these students. In the first part of the article, we conceptualize issues and define its importance. In the second part, we will reflect on the development and learning of two students with low vision. This study was of great importance to know the low vision and understand the possible difficulties faced by students and professionals in the classroom.

Key words: inclusive education; low vision; school; adapted resources.

¹ Pós-graduanda no curso de Especialização em Formação de Professores em Libras e Braille pela Faculdade Araguaia.

² Professora no departamento de Pedagogia e Coordenadora do curso de Especialização em Formação de Professores em Libras e Braille pela Faculdade Araguaia.

INTRODUÇÃO

A importância em se discutir às práticas inclusivas, na perspectiva da educação especial, está ligada à dignidade do indivíduo com deficiência e/ou dificuldade social. Isto porque, o ambiente escolar envolve não só o conhecimento em si, mas a maneira como o ensino é transmitido para os alunos.

Neste artigo vamos refletir sobre a educação inclusiva e a forma como o trabalho pedagógico está sendo realizado para promoção do ensino de dois alunos com baixa visão em escolas públicas da cidade de Goiânia. Isto porque, “a escola precisa ter uma atuação mais ampla, orientando a organização de redes de apoio, a formação continuada, a identificação de recursos e o desenvolvimento de práticas colaborativas” (BRASIL, 2007, p. 9).

Além disso, pressupõe-se que o aluno com baixa visão ou visão subnormal, estando em uma sala de aula regular de escola pública, pode encontrar dificuldades em seu processo escolar, refletindo em seu desenvolvimento cognitivo e social.

Dentre os principais autores utilizados na fundamentação teórica está a Maria Lúcia Amiralian (2009), que estuda a deficiência visual e seus diferentes graus de acuidade visual, incluindo a baixa visão. E também a autora Glória Romagnolli (2007), que estuda justamente o aluno com baixa visão matriculado em salas de aula regulares de ensino público. Inclusive, as duas autoras discutem a importância da educação inclusiva e a oportunidade de ensino para todos.

Na primeira parte do artigo, vamos abordar o conceito de deficiência visual e a baixa visão, apontando seus efeitos no dia-a-dia das pessoas. Posteriormente, vamos conceituar a inclusão, demonstrando seu papel na educação e apontando suas diretrizes legislativas de apoio às pessoas com e sem deficiência.

Em sua segunda parte, a pesquisa traz a definição de recursos adaptados e tecnologias assistivas, no qual se imagina ter estratégias essenciais e necessárias para o desenvolvimento de pessoas com baixa visão. Por fim, a metodologia da pesquisa vem de encontro com as perspectivas de práticas inclusivas ao trazer a observação de dois alunos que possuem baixa visão e estudam em escolas públicas da cidade de Goiânia.

A baixa visão

A baixa visão ou visão subnormal é um termo pouco conhecido dentro da sociedade em geral. Isto porque, está ligada a deficiência visual e muitos generalizam

seu conceito apenas a condição de cegueira. A falta de informação sobre várias limitações que atingem o homem, muitas vezes, afunilam nossos conceitos a uma visão geral sobre o assunto, inclusive quanto às deficiências visuais.

Contudo, estima-se que desde a antiguidade o homem vem citando “a dificuldade visual em registros históricos, alguns deles datados do ano 500 A. C., pelo filósofo Confúcio, na China, onde é possível identificar trechos que falam sobre a utilização de lentes rudimentares” (BONATTI, 2006).

De acordo com a Fundação Dorina Nowill (2015), “a deficiência visual é definida como a perda total ou parcial, congênita ou adquirida, da visão”. Então, compreende-se que a pessoa com deficiência visual é aquela que apresenta limitações (quanto à qualidade do que se enxerga), ou aquela que apresenta perda total da visão, que foi comprometida por fatores genéticos ou adquirida ao longo da vida.

É dividida em dois grupos de deficiência, o primeiro que engloba a cegueira, onde há perda total da visão ou pouquíssima capacidade de enxergar, levando a pessoa a necessitar do Sistema Braille como meio de leitura e escrita. O segundo grupo, “das pessoas com Baixa visão ou visão subnormal, caracterizadas pelo comprometimento do funcionamento visual dos olhos, mesmo após tratamento ou correção” (Fundação Dorina Nowill, 2015).

Contudo, o que se busca neste estudo é a compreensão do que é baixa visão. Sobre isso, Leal (2015) conceitua:

Pessoa com Baixa Visão é aquela que possui um comprometimento de seu funcionamento visual, mesmo após tratamento e/ou correção de erros refracionais comuns e tem uma acuidade visual inferior a 20/60 (6/18, 0.3) até percepção de luz ou campo visual inferior a 10 graus do seu ponto de fixação, mas que utiliza ou é potencialmente capaz de utilizar a visão para planejamento e execução de uma tarefa.

Sobre isso, entende-se que a pessoa com baixa visão possui a acuidade visual (qualidade da visão) reduzida, e mesmo que realize tratamentos ou utilize de correções feitas por óculos de grau ou lentes de contato, ainda assim apresenta dificuldade visual.

Quanto às causas da baixa visão, Domingues (2010) expõe que “algumas das principais enfermidades são a retinopatia da prematuridade, a retinocoroidite macular por toxoplasmose, o albinismo, a catarata congênita, a atrofia óptica e o glaucoma”. Além disso, existem pessoas que possuem fotofobia ou intolerância a claridade. Estas

detêm de dificuldades ainda maiores para enxergar em ambientes com grande luminosidade, e também dificuldades para a realização de leituras.

Para Amiralian (2004, p. 9) “Sabe-se o que é enxergar ou não enxergar, mas há variação em relação ao campo visual, à sensibilidade aos contrastes, à adaptação à luz e ao escuro, à percepção de cores e principalmente, à eficácia no uso da visão”. Então, as pessoas com baixa visão estão dentro do meio termo, “enxergando sem enxergar”, incompreendidas por todos nós que desconhecemos o sentido real do problema, até passamos por ele.

Ainda sobre isso, Amiralian (2004, p. 11) acrescenta que “devido o comprometimento no funcionamento da visão, o campo de visualização dessas pessoas é limitado a pontos centrais e, os objetos em geral, são vistos com pouca nitidez”. Ou seja, a baixa visão, em muitos casos, limita a pessoa a enxergar apenas pontos que estão à frente, e as laterais do campo de visão ficam prejudicadas. A imagem é vista desfocada, ou em outras palavras, como se estivesse embaçada. Por isso, as pessoas com baixa visão precisam de certo tempo para conseguir focalizar objetos.

Quanto à locomoção e mobilidade de quem possui baixa visão, destaca-se a “dificuldade em reconhecer fisionomias, enxergar com nitidez placas de trânsito, letreiros e fachadas de lojas, outdoors, designações de ônibus, além é claro, dos obstáculos urbanos, como atravessar a rua” (AMIRALIAN, 2004, p. 7). Isto porque, as pessoas com baixa visão precisam de textos e imagens ampliadas de acordo com o grau de visão e necessitam do auxílio de outra pessoa para conduzi-los para determinados locais durante o dia, devido à claridade.

No entanto, mesmo com todas as dificuldades visuais, aqueles que possuem baixa visão são perfeitamente capazes de realizar qualquer tipo de tarefa diária utilizando de recursos que auxiliam na execução. E mais, com o sentido da visão comprometida, é possível apurar os outros sentidos humanos, como a audição e o tato. Isso ocorre com todas as pessoas que possuem deficiência, mas no caso das pessoas com baixa visão, se estimuladas desde cedo, é possível adaptar-se normalmente com o ambiente em que se encontram.

Conceito e legislação da Educação Inclusiva

Atualmente, a inclusão é tida como um importante ponto de discussão nas mais diferentes vertentes da sociedade. Estão todos preocupados em debater questões

que envolvam a inserção das pessoas com necessidades especiais em todos os campos de atuação social.

Segundo Sassaki (1997, p 41), a inclusão é:

Um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder inserir em seus sistemas sociais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. [...] Incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração de pensamentos e formulação de juízo de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida.

Sobre isso, nossa sociedade se vê envolvida em controvérsias que buscam medidas para valorização e integração da pessoa com deficiência, colocando-as em lugares que, até pouco tempo, não eram vistas.

De fato, a proposta inclusiva trouxe consigo uma bagagem de pertinências que elevam a esperança de resultados positivos, se bem trabalhados. Porém, as discussões em torno da viabilidade dessa abordagem, enaltecem dois principais rumos de opiniões, daqueles que acreditam na proposta, e dos outros que creem no oposto, a exclusão.

Na educação, a abordagem inclusiva possui uma perspectiva voltada para a importância de um processo integrado e dinâmico entre todos os envolvidos no ambiente escolar, intensificando a valorização às diferenças, o respeito, e a adaptação física e também pedagógica do ensino.

A Educação Inclusiva, de acordo com o pensamento de Lima (2006), “é uma educação que se amplia para todas as pessoas – é um caminho para que as várias práticas educativas, sociais e interpessoais sejam repensadas e revistas”. É uma educação humanista preocupada com o desenvolvimento educacional de todos e para todos independente de limitações ou não, mas principalmente para apoiá-las.

Em 1994, na Conferência Mundial de Educação Especial, na Espanha, que a Declaração de Salamanca (princípio que norteia o trabalho educacional para pessoas com e sem deficiência), proporcionou ao mundo abrir os olhos para as questões inclusivas, partindo assim para a elaboração de políticas públicas específicas. Sobre a Declaração de Salamanca:

Um compromisso em prol da Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e a urgência de garantir a educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educativas especiais no quadro do sistema regular de educação, e sancionamos, também por este meio, o enquadramento da

Ação na área das Necessidades Educativas Especiais, de modo a que os governos e as organizações sejam guiados pelo espírito das suas propostas e recomendações (BRASIL, 1994).

Com essa declaração, os direitos fundamentais a aprendizagem passam a visar o desenvolvimento do aluno através de uma pedagogia direcionada, dentro de salas regulares de ensino e de acordo com o ritmo de aprendizagem do aluno.

À vista disso, devemos destacar um projeto específico elaborado pelo Ministério da Educação em 2007, denominada Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Este documento engloba todas as diretrizes inclusivas da educação ao longo dos anos. E de acordo com esse projeto específico:

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas (BRASIL, 2007, p. 3).

Então, o funcionamento e a viabilidade da educação inclusiva estão diretamente ligados às ações multidisciplinares das escolas, envolvendo profissionais da área, recursos pedagógicos e relações interpessoais.

O uso de recursos e tecnologias assistivas para alunos com baixa visão

Na comunidade escolar, em específico os professores, há muita dificuldade em identificar a baixa visão. Isto porque, “os problemas encontrados por esses alunos, seja na realização das tarefas escolares ou nos comportamentos sociais, são, na maioria das vezes, computadas à ineficiência, à incapacidade mental ou à falta de vontade” (AMIRALIAN, 2009, p. 5).

Quanto à deficiência visual, em especial a baixa visão, Romagnolli (2007, p. 8) explica que existem casos diferenciados dentro da mesma disfunção visual, onde “algumas pessoas tem dificuldade para enxergar a mais de três metros de distância, outras podem ter mais dificuldade para enxergar de perto, definir imagens, cenas, cores, decodificar letras, copiar da lousa e ler”.

Por isso, a utilização de recursos adaptados na rotina domiciliar e escolar das pessoas com baixa visão, torna-se algo com extrema necessidade. É com o auxílio da tecnologia assistiva em sala de aula, que a escola possibilitará que o aluno com baixa visão adquira desenvolvimento educacional inclusivo, não apenas por estar

inserido em uma classe regular, mas por utilizar de meios que o levam a progredir igualmente com os outros alunos.

Quanto aos recursos e tecnologias assistivas, define-se como:

A área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (GASPARETTO et al., 2001).

Assim, compreendemos que os recursos e tecnologias assistivas são meios facilitadores, que utilizados juntamente com o processo ensino-aprendizagem do aluno com deficiência, vai auxiliar no desenvolvimento escolar do aluno e no trabalho pedagógico do professor.

São objetos de apoio, recursos tecnológicos, materiais adaptados, metodologias específicas, ambientes físicos adaptados, entre outros meios, que formam um conjunto de ações, que afetam diretamente o desenvolvimento positivo do aluno, se realizados cotidianamente. Além disso, as tecnologias Assistivas são classificadas como recursos ópticos, não ópticos, eletrônicos e de informática, que viabilizam o ensino em salas regulares. De acordo com Sá, et. al. (2007, p. 19-20), são definidos como:

- Recursos Ópticos: telescópios para leitura no quadro negro; telessistemas como tecnologia de leitura; telêscopos, lupas e lunetas para ampliação da fonte escrita.
- Recursos Não-Ópticos: Ampliação da fonte de atividades, leituras e informações pertinentes; carteiras inclinadas para aproximar o aluno da leitura e manter a postura vertebral; acessórios como, lápis 4B ou 6B (maximizam o contraste), canetas de ponta porosa, suporte para livros, cadernos com pauta ampliada, guia de leitura, entre outros; Vestimentas, como chapéus e bonés que diminuem o reflexo da luz em sala de aula.
- Recursos audiovisuais: Softwares e programas de computador que sintetizem a voz; Aparelhos de TV ou monitores que possibilitem a ampliação de textos e imagem; O uso de atividades, filmes e programas que explorem imagens coloridas (de preferência com contraste), e que utilizem da descrição por meio de voz.

- Sistema Braille: Códigos baseados na combinação de 63 pontos que representam as letras do alfabeto visual, números e outros símbolos. Utilizado para leitura e escrita de pessoas cegas e com baixa visão (em casos específicos).

Em específico aos alunos com baixa visão, a utilização desses meios de apoio, traz acima de tudo, independência na realização de atividades escolares. Segundo Ferroni e Gasparetto (2012), “qualquer recurso que potencialize o funcionamento visual do indivíduo com baixa visão em suas atividades diárias é caracterizado como benéfico para domínio e crescimento individual”.

Para Vygotsky (2000), “o processo de interação constante entre o sujeito e o contexto onde está inserido é uma condição para que, juntos, possam encontrar diferentes alternativas e estratégias que viabilizem a construção de conhecimentos, valores e subjetividades”. Ou seja, é possibilitar ao aluno com deficiência, adquirir conhecimento através de uma educação inclusiva que engloba mecanismos pedagógicos que utilizam desde os recursos e tecnologias assistivas, até a participação ativa e interessada por parte do professor.

Na perspectiva da Educação Inclusiva, os recursos e tecnologias para Gomes e Sampaio (2014, p. 4), “são de fundamental importância, se utilizados como instrumentos facilitadores da aprendizagem, permitem que o aluno cego ou com baixa visão, construa novos conhecimentos”. Com isso, a Educação Inclusiva, estando dentro da Educação Especial, determina a seriedade do uso dos recursos adaptados no ensino de alunos com baixa visão, cabendo à equipe multidisciplinar da escola, o comprometimento com a realização das ações.

Além disso, Sá et. al. (2007, p. 20), lista uma série de recomendações úteis e sucintas que demonstram grande importância quanto ao ambiente físico de ensino para o aluno com baixa visão. São elas:

- Sentar o aluno a uma distância de aproximadamente um metro do quadro negro ou parte central da sala;
- Evitar a incidência de claridade direta nos olhos do aluno, inclusive colocando a carteira de forma a evitar luminosidades fortes e que o aluno escreva na própria sombra;
- Estimular o uso constante dos óculos de grau (seguindo a indicação médica);

- Adaptar o trabalho de acordo com a condição do aluno, certificando-se que existe clareza nas palavras e ilustrações mostradas, ou que há nitidez e contraste nas atividades escritas, além de espaçamento adequado entre letras, palavras e números, e sendo o caso, conceder maior tempo para o término dos exercícios;
- Explicar com palavras, as atividades a serem realizadas.

A Educação Especial, dentro da Educação Inclusiva, determina que “o atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (BRASIL, 2007, p. 10). Por isso, o trabalho envolve uma equipe capacitada e interessada, além é claro de investimentos sólidos, pois de nada adianta ter recursos e tecnologias que atingem diretamente a necessidade do aluno se a equipe não estiver determinada ao trabalho, ou vice-versa.

Desenvolvimento e aprendizagem de alunos com baixa visão

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/1996, “todas as crianças com necessidades especiais têm o direito de acesso e permanência à inclusão em classes comuns do sistema regular de ensino”. E mais, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008), estabelece que a Educação Especial “é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis educacionais e realiza o Atendimento Educacional Especializado de forma a complementar e/ou suplementar o ensino regular, não sendo substitutivo”.

O aluno com necessidades especiais deve ser matriculado em sala de aula regular e receber Atendimento Educacional Especializado de acordo com suas especificidades educacionais, incluindo as adaptações no ambiente de ensino, no currículo disciplinar e nos materiais de apoio didático.

Por isso, durante três semanas alguns aspectos importantes para o desenvolvimento educacional dos dois alunos com baixa visão foram observados. Dentre eles, a estrutura física das salas de aula, o posicionamento das carteiras, os materiais didáticos, a forma como é desenvolvidas atividades com os alunos, o

conhecimento dos professores e coordenadores sobre baixa visão, e as facilidades e dificuldades no aprendizado.

Os alunos possuem 13 anos de idade, possuem baixa visão congênita e utilizam óculos. Os dois moram em setores diferentes da cidade de Goiânia e estão no 9º ano do ensino fundamental. As escolas também estão localizadas em bairros opostos, onde uma desenvolve o trabalho escolar voltado para a inclusão (intitulando-se escola inclusiva) e a outra segue o trabalho regular para todos os alunos.

Analisando o que foi observado, os dois alunos não gostam do ambiente escolar, pois “o maior vilão” e mais utilizado dos recursos, é o quadro negro. Nenhum dos dois estudantes consegue enxergar com nitidez, nem os conteúdos propostos no quadro e nem as atividades passadas em folha, pois ocasionam desgaste visual. Isto acontece devido os conteúdos não estarem ampliados de acordo com a letra (fonte) específica pra a necessidade de cada um. Os professores, coordenadores e profissionais das escolas, sabem sobre a carência visual dos alunos, mas muitos admitiram dificuldades em trabalhar com eles. Isto porque, segundo eles, em alguns momentos os alunos com baixa visão demonstram “normalidade” e em outros não conseguem acompanhar. Além disso, os dois alunos convivem com o bullying existente em sala de aula, e se isolam. Inclusive os dois não param de estudar, porque os pais insistem.

De acordo com Sá (2008, p. 6), “o trabalho com alunos com baixa visão, baseia-se no princípio de estimular a utilização plena do potencial de visão e dos sentidos remanescentes, bem como a superação de dificuldades e conflitos emocionais”. Deste modo, o ensino de alunos com baixa visão requer a presença de profissionais capacitados que saibam estimular o conhecimento prévio do aluno para desenvolvimento cognitivo.

Os dois alunos mencionaram também que apesar da escola estar ciente das limitações visuais de cada um (as duas escolas possuem os laudos oftalmológicos contendo todas as informações necessárias para o atendimento dos estudantes) não houve, por parte das escolas, o interesse em buscar soluções para as dificuldades enfrentadas pelos alunos.

Além disso, as atividades escritas, avaliações e imagens, devem ser impressas de forma ampliada, e de acordo com o grau de leitura do aluno. Na perspectiva de Romagnolli (2007, p. 12), “o contraste e a ampliação dos materiais devem ser feitos com antecedência pelos professores ou especialistas, e os alunos precisam estar

munidos também dos recursos adaptados para leitura”. Com as atividades, textos e imagens ampliadas de acordo com a letra (fonte) própria para a visão do aluno, o trabalho pedagógico torna-se algo recíproco e o desenvolvimento educacional acontece de forma mais tranquila e facilitada.

Então, não basta apenas inserir o aluno com deficiência, em específico com baixa visão, é preciso integrá-lo em todos os âmbitos educacionais para que ele esteja presente no processo de ensino. É preciso haver colaboração entre toda a comunidade escolar, desde os professores até os pais dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ações geram desafios e para concretizá-los, demanda interesse. É na prática da Educação Inclusiva que a maioria das instituições educacionais deixa, e muito, a desejar. Isto porque, a escola e seus profissionais da educação, precisam estar empenhados e capacitados para que haja desenvolvimento do trabalho Educacional Especializado. Além disso, sabe-se que a Educação, na amplitude dos seus problemas, enfrenta desafios próprios quanto à qualidade do ensino e dos investimentos por parte de políticas públicas, e a Educação Especial que visa à inclusão, fica cada vez mais inviável diante das dificuldades do ensino.

Ensinar alunos que precisam de atenção direcionada, estando dentro de uma sala de aula com a quantidade superior de alunos e, cada um, com suas especificidades, acarretam esforços inimagináveis para os professores.

Além disso, as pessoas com baixa visão não precisam de muitos aparatos para a aprendizagem, apenas materiais pedagógicos adaptados. A tecnologia e recursos assistivos são materiais próprios e adequados para o ensino de qualidade dos alunos com baixa visão, podendo ser substituídos ou adaptados para outro tipo de recurso.

Desta forma, os recursos são essenciais no processo de ensino das pessoas com baixa visão, independente do material utilizado para confeccioná-lo, o importante é tê-lo. Contudo, de nada adianta os recursos de apoio sem o trabalho, em paralelo, do professor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMIRALIAN, M. **Comunicação e Participação Ativa: a Inclusão de Pessoas com Deficiência Visual**. In:____ (Org.). Deficiência Visual: perspectivas na contemporaneidade. São Paulo: Vetor; 2009.

AMIRALIAN, M. **Sou Cego ou enxergo?** As questões da Baixa Visão. In: EDUCAR EM REVISTA. Curitiba, PR: Ed. UFPR, n.23, 2004.

BONATTI, F. **Desenvolvimento de equipamento de auxílio à visão subnormal.** Arq. Bras. Oftalmol.: 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/abo/v69n2/29069.pdf>> Acesso em: < 23 de novembro de 2015>.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Brasília: Diário Oficial da União, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2016.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2007.

DOMINGUES, C. et. al. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar:** os alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

FERRONI, M. GASPARETTO, M. **Escolares com baixa visão:** Percepção sobre as dificuldades visuais, opinião sobre as relações com comunidade escolar e o uso de recursos de tecnologia assistiva nas atividades cotidianas. Rev. Bras. Edição Especial: Marília–SP, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141365382012000200009> . Acesso em: 05 de janeiro de 2016, as 08h23m.

FUNDAÇÃO DORINA NOWILL. **O que é deficiência?** Espiral Interativa: São Paulo, 2015. Disponível em: < <http://www.fundacaodorina.org.br/deficiencia-visual/>>. Acesso em: 23 de novembro de 2015.

GASPARETTO, M. et al. **O aluno portador de visão subnormal na escola regular: desafio para o professor?** Arq. Bras. Oftalm., São Paulo, v.64, n.1, p.45-51, 2001.

GOMES, H. SAMPAIO, V. **Recursos e Tecnologias para o ensino de alunos com deficiência visual.** Cap. UFRJ: Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.cap.uerj.br/site/images/stories/noticias/10-gomes_e_sampaio.pdf>. Acesso em: 06 de janeiro de 2016, as 10h12m.

LEAL, D. **Conceito de visão subnormal.** São Paulo: Sociedade Brasileira de Visão Subnormal (CBO), 2015. Disponível em: <<http://www.cbo.com.br/subnorma/conceito.htm>>. Acesso em: 22 de novembro de 2015, as 16h27.

LIMA, P. **Educação Inclusiva e Igualdade Social.** São Paulo: Avercamp, 2006.

Ministério da Educação. **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica.** Brasília: EC/SEESP, 2008.

ROMAGNOLLI, G. **Inclusão do aluno com baixa visão na rede pública de ensino: procedimentos dos professores.** Produção Didática – Pedagógico. Paraná, 2007.

SÁ, Elisabet Dias. **Aluno com baixa visão:** um desafio para os educadores. Revista Aprendizagem, v.8, 2008.

SÁ, Elisabet. et. al. **Atendimento Educacional Especializado – Deficiência Visual.** SEESP / SEED / MEC, Brasília: 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dv.pdf>. Acesso em: 22 de dezembro de 2015, as 18h14m.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

VYGOTSKI, L. S. **Obras Escogidas – Tomos II e III**. Madrid: Visor, 2000.

Recebido em 23 de julho de 2016.

Aprovado em 09 de setembro de 2016.